

Principais desafios que se colocam a Portugal e intervenções prioritárias no âmbito dos Oito Objectivos do Milénio

Francisco Costa I
Professor Auxiliar do Departamento de Geografia
da Universidade do Minho
francisco@geografia.uminho.pt

Paula Cristina Remoaldo
Professora Associada do Departamento de Geografia
da Universidade do Minho
premoaldo@geografia.uminho.pt

Resumo

O presente texto centra-se nos resultados que se pretendem alcançar inerentes a um Projecto que está a ser desenvolvido desde Março de 2008 e pelo período de um ano intitulado “Oito Maneiras de Mudar o Mundo” e que é financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (I.P.A.D.). Está a ser executado pela URB-África (Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano) e pela U.C.C.L.A. (União das Cidades Luso-Afro-Américo-Asiáticas) em parceria com o Departamento de Geografia da Universidade do Minho pressupondo várias iniciativas no domínio da Educação para o Desenvolvimento e no âmbito dos Oito Objectivos do Milénio. Estes objectivos, inseridos na Declaração do Milénio, foram aprovados no ano 2000, na Assembleia-Geral da O.N.U., por 189 chefes de Estado e de Governo.

A principal finalidade deste projecto é fomentar uma mudança de valores e comportamentos no âmbito da cidadania, solidariedade e participação social no espaço público português.

Palavras-chave: Cidadania, Educação para o Desenvolvimento, Objectivos do Milénio, Participação Social.

1 O presente texto constitui uma versão mais completa do texto apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, intitulado *Oito Maneiras de Mudar o Mundo – um Projecto de Educação para o Desenvolvimento*, que decorreu de 4 a 7 de Fevereiro no *Campus* de Gualtar (Braga) da Universidade do Minho.

Introdução

Na "Cimeira do Milénio" da O.N.U. (concretizada em Setembro de 2000) foi assinada pelos países membros desta organização, a Declaração do Milénio, fixando oito objectivos de desenvolvimento específicos, a serem atingidos até 2015 e apelidados de "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio" (O.D.M.).

Os Oito Objectivos que foram equacionados perpassam os domínios da vida social e económica, bem como, alguns dos grandes desafios no domínio da saúde materno-infantil. Pressupõem também mudanças importantes em termos culturais, visto a igualdade de género (Objectivo 3) se assumir como um objectivo primordial para se alcançarem os restantes sete.

Estamos conscientes de que só nos últimos dois anos Portugal assumiu uma postura mais interventiva, nomeadamente, no âmbito da sustentabilidade ambiental (Objectivo 7).

Sentindo necessidade de colmatar esta deficiência, a URB-África (Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Urbano) e a U.C.C.L.A. (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas), em parceria com o Departamento de Geografia da Universidade do Minho, iniciaram um Projecto financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (I.P.A.D.).

Este projecto, intitulado "Oito Maneiras de Mudar o Mundo", visa informar e mobilizar a sociedade civil para uma mudança de valores e de comportamentos em termos de cidadania e solidariedade. No presente texto tecemos algumas considerações sobre os Objectivos do Milénio no contexto do projecto que nos encontramos a desenvolver e recordamos as actividades encetadas até ao momento no seio do mesmo.

Uma parte das actividades desenvolvidas envolveu sobretudo a população jovem assumindo-se como potenciais agentes de mudança. Avançamos ainda com algumas linhas orientadoras de projectos futuros e alguns desafios que se colocam a Portugal até 2015.

1-Oito Objectivos para alcançar um desenvolvimento mais sustentável

1.1- Caracterização dos Oito Objectivos

Os Oito Objectivos do Milénio, aprovados na Assembleia-Geral da O.N.U. no ano 2000, podem ser sintetizados da seguinte forma:

- 1º -reduzir para metade a pobreza extrema e a fome;
- 2 -alcançar o ensino básico universal;
- 3 -promover a igualdade entre os sexos;
- 4 -reduzir em dois terços a mortalidade infantil;
- 5 -reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna;
- 6 -combater o V.I.H./S.I.D.A., a malária e outras doenças graves;
- 7 -garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8 -criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

As metas a atingir têm por base os dados existentes no ano de 1990 e reportam-se a 2015. Ainda que sejam apenas Oito Objectivos, temos consciência de que conseguem cobrir os vários quadrantes da vida sócio-cultural e económica. Sendo assim, do Objectivo 1 ao Objectivo 7 foram definidas as prioridades em termos de desenvolvimento básico a serem alcançadas, enquanto o último Objectivo diz respeito ao papel que os Países Mais Ricos devem desempenhar para ajudar os Países em Desenvolvimento.

No que concerne ao Objectivo 1, importa salientar que dos 1,2 milhões de habitantes que sobreviviam em condições de extrema pobreza (com menos de um dólar PPC – Paridade do Poder de Compra – por dia), 70% eram mulheres, à data de 1990 (Quadro 1). Também não podemos olvidar que 6,3 milhões de crianças morriam de fome por ano e que 842 milhões de pessoas eram sub-nutridas.

Quadro 1. Alguns factos que se reportam a 1990 relacionados com cada O.D.M. e o que se pretende alcançar até 2015

| Objectivos do Milénio | Alguns factos que se reportam a 1990 | Objectivos até 2015 |
|-----------------------|---|---|
| Objectivo 1 | Existência de 1,2 milhões de habitantes que sobrevive em condições de extrema pobreza (com menos de um dólar PPC por dia) | ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E A FOME Metas: .Reduzir para metade a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar PPC (Paridade do Poder de Compra) por dia; .Reduzir para metade a proporção de população afectada pela fome. |
| Objectivo 2 | Cerca de 876 milhões de pessoas são iletradas (2/3 são mulheres) | ALCANÇAR O ENSINO BÁSICO UNIVERSAL Meta: Garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico. |
| Objectivo 3 | Dois terços dos analfabetos são mulheres e 80% dos refugiados | PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E A AUTONOMIA DAS MULHERES Meta: Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015. |
| Objectivo 4 | 6,3 milhões de crianças morrem de fome anualmente | REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL Meta: Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos. |
| Objectivo 5 | Mais de 500.000 mulheres morrem, por ano, durante a gravidez ou no parto | MELHORAR A SAÚDE MATERNA Meta: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna. |
| Objectivo 6 | Um milhão de pessoas morre por ano de malária e mais 2 milhões de pessoas morrem de tuberculose. Estima-se que entre 34 a 46 milhões de pessoas vivem com V.I.H./S.I.D.A. | COMBATER O V.I.H./S.I.D.A., A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS Metas: .Até 2015, parar e começar a inverter a propagação do V.I.H./S.I.D.A.; .Até 2015, parar e começar a inverter a tendência actual da incidência da malária e de outras doenças graves. |
| Objectivo 7 | Dois mil milhões de pessoas no mundo não têm acesso a fontes de energia regulares. 1000 milhões de pessoas no mundo não têm acesso a água potável | GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL Metas: .Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais; .Reduzir para metade a percentagem de população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura; .Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados. |
| Objectivo 8 | 15% da população mundial vive nos países ricos, embora sejam responsáveis por 50% das emissões de carbono no mundo | CRIAR UMA PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO Algumas Metas: .Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório; .Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados; .Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo. |

Fonte: Elaboração própria a partir de Peixoto, P. & Moreira, A. (2007), *Imaterial, Possível, Inevitável – a viagem de um Projecto*, Lisboa, União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (U.C.C.L.A.) e URB – África, Impressão pela Câmara Municipal de Lisboa, pp. 25-33.

Relativamente ao Objectivo 2, dos cerca de 115 milhões de crianças que não iam, àquela data, à escola, 3/5 eram do sexo feminino. No âmbito da saúde infantil (Objectivo 4), 6,3 milhões de crianças morriam de fome em 1990, havendo anualmente

mais 13 milhões que morriam antes de atingirem os cinco anos, ainda que se tratassem maioritariamente de causas evitáveis, tais como, a diarreia (Peixoto, P. & Moreira, A., 2007; www.oikos.pt – consultado a 10 de Novembro de 2008).

Além do quarto Objectivo que se centra na saúde infantil temos o quinto que diz respeito à saúde materna, sendo nos países menos desenvolvidos que ocorrem 99% das mortes anuais de mais de 500.000 mulheres, durante o período gestacional ou no parto. Aliás, é nestes países que a mulher evidencia uma esperança de vida à nascença similar à do homem (*e.g.*, Moçambique, Libéria) ou até ligeiramente inferior (*e.g.*, Zâmbia, Zimbabwe), contrariamente ao que se passa nos países mais desenvolvidos em que a vantagem da mulher chega a traduzir-se em sete anos comparativamente com o homem. O mais baixo estatuto social das mulheres e as mutilações genitais femininas constituem dois dos factores explicativos. Enquanto o primeiro factor não se cinge apenas ao continente africano o segundo evidencia uma forte expressão naquele continente.

Se tivermos presentes as várias complicações subjacentes às mutilações femininas (*e.g.*, dor insuportável, infecções pélvicas, infecções urinárias recorrentes, infertilidade, partos dolorosos e difíceis, até uma situação de choque fatal), então estaremos de acordo que se trata de um procedimento com fortes raízes culturais que importa combater.

A Organização Mundial de Saúde (O.M.S.) tem-se preocupado, nos últimos anos, com as questões da pobreza e da transição demográfica e epidemiológica, bem como, com o impacto do V.I.H./S.I.D.A. no desenvolvimento (Remoaldo, P.C. & Machado, H.C., 2008; Remoaldo, P.C. & Costa, F. & Gonçalves, A.B., *et al.*, 2009). Subjacentes a estas preocupações estão, além das questões da saúde, os direitos humanos (respeito pela liberdade e escolha individual). A infecção por V.I.H./S.I.D.A. constitui, aliás, o Sexto Objectivo, a par com a malária e a tuberculose, visto a malária estar longe de ser uma doença para a qual se encontrou uma solução sustentável e a tuberculose estar bastante associada ao V.I.H./S.I.D.A..

O Sétimo Objectivo é aquele em que sentimos uma maior expressão pública e um maior empenhamento quer por parte dos governos quer por parte da sociedade civil.

Para compreendermos esta afirmação temos que ter presente a ratificação recente, à escala da União Europeia, do Protocolo de Quioto e o assumir público (em 2006) das alterações que estão a ocorrer à escala do planeta devido à intervenção do Homem. No entanto, a falta de condições ambientais pretende ir muito mais longe quando a entendemos à escala internacional e como podemos comprovar pela leitura do Quadro

1, onde sobressai a necessidade de acesso da população a água potável e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de bairros degradados.

Importa lembrar que foi há 36 anos que foi criado o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (U.N.E.P.), a primeira agência mundial neste sector, e que os já mais de trinta anos de alertas e provas científicas conduziram, finalmente, neste novo milénio, a um despertar da comunidade internacional e do próprio cidadão comum, tornando-os conscientes dos desafios que se colocam na actualidade e dos factores que contribuíram para tal.

O último Objectivo recorda-nos as desigualdades que persistem e que se acentuaram nas últimas décadas e complementa, nalguns aspectos, o Objectivo Sétimo.

1.2-Principais desafios que se colocam a Portugal e intervenções prioritárias a curto prazo

Com um horizonte temporal tão próximo e existindo presentemente uma situação de crise económica generalizada, podemos questionar-nos se não estarão comprometidos os Oito Objectivos do Milénio. E como é que Portugal se posiciona neste contexto?

Portugal parece estar numa situação de algum conforto relativamente a alguns dos Oito Objectivos que foram abraçados. *In primis*, há que ressaltar os resultados alcançados nos últimos cerca de 35 anos relativamente à saúde infantil e mais especificamente em termos da morbilidade e mortalidade infantil. De acordo com o *Population Reference Bureau*, enquanto em 2007 a Taxa de Mortalidade Infantil se cifrava em 52‰ à escala mundial, Portugal conseguiu alcançar um *score* de apenas 3,5‰ (www.prb.org – consultado a 10 de Maio de 2008), mais baixo do que a média avançada para a Europa de Leste (9‰), a do Sul (5‰), ou mesmo a Europa do Norte (5‰) e a Ocidental (4‰). O esforço de descida tem sido apontado como o mais significativo de toda a Europa e o mais provável é que paralelamente à sustentabilidade do sistema de saúde, a elevação do nível de instrução da população tenha contribuído para a situação de conforto actual em termos de alguns indicadores sanitários. Também se tem constatado que o valor de 3,5‰, que é um dos mais baixos registados à escala mundial, se encontra praticamente uniformizado desde os anos noventa do século XX, sendo pouco significativos os *décalages* que ainda continuam a ocorrer entre as diferentes regiões.

Este cenário não está de acordo com o que se regista à escala mundial tendo o continente africano um papel importante a desempenhar para a descida de dois terços que se pretende que ocorra até 2015. O facto de, em 2007, se observar uma percentagem de 24% de crianças com menos de 5 anos com baixo peso, que se elevava a 28% se excluirmos a China (www.prb.org – consultado a 10 de Abril de 2009), leva-nos a questionar o que foi ambicionado. Esta meta é colocada em causa, até porque existem países como a Índia e o Afeganistão onde a percentagem se eleva a 46% e países de África, como por exemplo o Níger, que revelam ainda percentagens na ordem dos 44%. São, aliás, vários os países de África que apresentam uma situação de grande debilidade juntamente com outros países do sul da Ásia (Figura 1).

Figura 1. Prevalência de crianças com baixo peso com menos de cinco anos por país



Source: Carl Haub, 2007 World Population Data Sheet (www.prb.org).

Na nossa perspectiva, são o Sexto e o Sétimo Objectivos os que se afiguram actualmente como os maiores desafios que se colocam a Portugal.

A falência que se registou durante tanto tempo da estratégia encetada pelos vários Governos portugueses e pela Comissão Nacional de Luta Contra a S.I.D.A., bem como a pouca vontade política para regulamentar e aplicar a legislação existente desde os anos oitenta sobre Educação Sexual, são dois dos factores que devem ser apontados quando

constatamos o ainda elevado número de casos novos diagnosticados de infecções por V.I.H., por milhão de habitantes ou o número de casos diagnosticados de S.I.D.A., por milhão de habitantes, e no contexto da Região Europeia da O.M.S..

A ausência de uma disciplina de Educação para a Saúde (no 1º Ciclo), o baixo nível de instrução da população, bem como a baixa capacidade para empreender comportamentos preventivos e a falta de sensibilidade e empenho em se compreenderem as culturas regionais e locais, são outros dos factores que devem ser avançados para o cenário actual.

A maior aposta na utilização do preservativo masculino, que pode colmatar parte do problema criado pela acentuada utilização da pílula (decorrente da política encetada pelos vários Governos nas últimas décadas em termos de Planeamento Familiar), afigura-se como um caminho a trilhar, envolvendo, cada vez mais o elemento masculino na questão da contracepção.

Na realidade, apenas desde uma campanha de 2006, pouco mediatizada, desenvolvida pela Associação para o Planeamento da Família (A.P.F.) e pela Sociedade Portuguesa de Andrologia, se passou a salientar de forma mais vincada o papel do homem na contracepção com o slogan *Contracepção masculina. É de homem.*

Também outras campanhas mais mediatizadas em 2008, que envolveram alguns actores com projecção nacional, passaram a mensagem da importância do papel das mulheres na utilização do preservativo. Somos de opinião que se tratam de campanhas que têm o seu mérito, mas que aparecem muito tarde, muitos anos depois do conhecimento público do primeiro caso de V.I.H./S.I.D.A. e depois de inúmeras campanhas demasiado generalistas. A recente reentrada no mercado português do preservativo feminino pode ser outra das soluções para o cenário criado.

A garantia da sustentabilidade ambiental (Objectivo 7) tem mobilizado mais a sociedade civil e as instituições privadas e públicas que entenderam, por um lado, que têm um papel importante a desempenhar e, por outro lado, que podem atrair mais clientela como resultado das suas atitudes mais “verdes” e amigas do ambiente. Saem também beneficiadas em termos monetários, como acontece com a recente decisão (em Fevereiro de 2009) tomada pelo Banco Espírito Santo (B.E.S.), de reduzir a quantidade de papel emitido a cada cliente, deixando de imprimir o extracto de conta e pedindo ao cliente para o fazer a partir do BESnet. Subjacente a este procedimento esteve o slogan *Obrigado pelo seu papel. O BES agradece e o ambiente também.*

A Caixa Geral de Depósitos (C.G.D.) criou, por seu turno, a solução de financiamento “Solar Térmico 2009”, que inclui uma linha de crédito pessoal para aquisição e instalação de painéis solares térmicos em habitações já existentes. Esta instituição bancária tem também realizado, juntamente com a Quercus, campanhas de plantação de espécies autóctones com o objectivo de salvar a floresta original portuguesa.

O Cartão Caixa Carbono Zero é mais um passo na concretização da Estratégia da C.G.D. no combate às Alterações Climáticas que pretende ser um instrumento facilitador de um estilo de vida de baixo carbono que permite ao seu utilizador a compensação das emissões que não consegue evitar.

Este cartão proporciona condições especiais na aquisição de bens e serviços mais eficientes no consumo de energia e com melhor desempenho ambiental. Assume-se como uma solução que contribui para a redução de emissões e para a poupança financeira, ao mesmo tempo, que contribui para a preservação do Planeta (www.cgd.pt). Também têm sido concretizados vários projectos relacionados com energias renováveis, sobressaindo o cluster eólico de Viana do Castelo, o maior parque eólico da Europa no Alto Minho e a maior Central Fotovoltaica do mundo em Moura.

A recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos tem sido uma das mais mediáticas apostas por parte de inúmeras autarquias e da Sociedade Ponto Verde. Em 2008 ocorreu a campanha *Dê um presente ao ambiente e a todas as mulheres portuguesas*, com a parceria Sociedade Ponto Verde, Braval e Associação Laço. Por cada tonelada reciclada, a Braval e a Sociedade Ponto Verde ofereceram 1,5 Euros para a compra de duas unidades móveis de rastreio do cancro da mama.

O Pingo Doce foi uma das empresas que nos primeiros meses de 2009 optou por poupar no volume de sacos que têm que ser produzidos para acondicionar as compras realizadas e decidiu induzir o cliente a ter uma atitude mais amiga do ambiente. Para este efeito passaram a disponibilizar a utilização de sacos mais resistentes, mais apelativos em termos estéticos e com alguma informação em termos ambientais para o cliente. O slogan subjacente a esta campanha foi: *Ajude-nos a poupar o planeta. Reutilize o seu saco. É 100% reciclável.*

Nos restantes Objectivos, devemos preocupar-nos, no seio do Objectivo 3, principalmente, com o aumento da proporção de mulheres que exercem mandatos no parlamento nacional (um dos indicadores solicitados no âmbito deste Objectivo), assim como no Objectivo 5, se deve apostar mais na realização da consulta pré-concepcional, no início precoce da vigilância pré-natal, na diminuição do consumo do álcool durante o

período gestacional, na diminuição da influência das crenças e das tradições e na alteração de algumas das directrizes do Planeamento Familiar. A maior parte destas prioridades foram já acauteladas em vários Programas Nacionais previstos no seio do Plano Nacional de Saúde 2004-2010.

Não somos, no entanto, tão optimistas como SACHS, J.D., que no Relatório do Projecto do Milénio, *Investing in Development: a practical plan to achieve the Millennium Development Goals* (United Nations Development Programme, 2005), opina a existência de condições para pôr termo à pobreza extrema nesta geração, indo muito além da redução para metade da pobreza.

Atendendo ao elevado significado da pobreza em países como Portugal quando comparado com grande parte dos países europeus, somos de opinião que este problema continuará a revelar-se como um problema social grave.

2-Algumas actividades desenvolvidas no seio do Projecto e propostas futuras

2.1-Principais actividades realizadas

A iniciativa “Oito Maneiras de Mudar o Mundo” é um Projecto-âncora sustentado em acções estruturantes que visam vários objectivos dos quais se destacam:

- fomentar uma mudança de valores e comportamentos no âmbito da cidadania, solidariedade e participação social no espaço público português;
- formar agentes de mudança, multiplicadores e dinamizadores de acções de Educação para o Desenvolvimento.

No âmbito deste projecto, podemos destacar várias acções encetadas, nomeadamente, o lançamento do blogue “Movimento Mudar o Mundo”, em Outubro de 2008, por se tratar duma iniciativa transversal que permitiu proporcionar um espaço de discussão, divulgação e partilha de conteúdos (<http://movimentomudaramundo.blogspot.com>) sobre os objectivos do milénio, bem como, a divulgação do projecto em si e das actividades realizadas.

A acção de formação "Projecto e Investigação em Educação para o Desenvolvimento", que se realizou entre Abril e Julho de 2008 nas cidades de Guimarães e de Lisboa, visou, essencialmente, incentivar a investigação em Educação para o Desenvolvimento e promover a aquisição de competências para a concepção, desenvolvimento e avaliação de projectos nesta área.

A concretização destes objectivos foi possível porque, por um lado, a URB-África detém uma experiência significativa de formação e actuação em Educação para o Desenvolvimento, com uma larga experiência de intervenção em vários países em desenvolvimento. Por outro lado, o Departamento de Geografia da Universidade do Minho e particularmente o Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento (N.I.G.P.) tem realizado uma investigação sustentada em vários domínios sobressaindo o do Desenvolvimento Sustentável, o da Saúde Materna e Infantil e o da Educação Ambiental.

A realização das acções de formação permitiu formar agentes de mudança, multiplicadores e dinamizadores de acções de Educação para o Desenvolvimento, definir projectos e recolher estudos de caso com os formandos que ilustrassem e estimulassem a Educação e a Cooperação para o Desenvolvimento. Salienta-se ainda o facto de alguns dos projectos apresentados estarem a desenvolver-se no terreno ainda ao longo deste ano.

Outra iniciativa fundamental no âmbito do projecto foi “Uma Semana do Tamanho do Mundo”, concretizada em Março de 2009 nas cidades de Guimarães e Lisboa, que encerrou, entre outras actividades, a realização do Encontro “Vamos contar até oito – um percurso de Educação para o Desenvolvimento”, que ocorreu na Universidade do Minho. Este Encontro visou a reflexão em torno dos Objectivos do Milénio, contando para isso, com a participação de especialistas nesta matéria e a divulgação e discussão dos projectos produzidos na acção de formação. No mesmo âmbito, decorreram, durante o mês de Março, um conjunto de palestras, que foram integradas na Unidade Curricular “Cidadania e Ambiente” do 2º ano do curso de Geografia da Universidade do Minho.

2.2-A construção de outros Projectos

A apresentação de novos projectos no âmbito da Educação para o Desenvolvimento exige uma reorientação que desloque o alvo da transmissão de conhecimentos para a abordagem dos problemas e para a identificação das soluções possíveis.

Trata-se assim de centrar a construção de novos projectos num conjunto de objectivos que visam:

- valorizar a função fundamental que a educação e a aprendizagem desempenham na procura comum do Desenvolvimento Sustentável;

- facilitar as relações e o estabelecimento de redes, o intercâmbio e a interacção entre as partes interessadas na Educação para o Desenvolvimento;
- proporcionar um espaço e oportunidades para melhorar e promover o conceito de Desenvolvimento e a transição para esse Desenvolvimento mediante todos os tipos de sensibilização e aprendizagem dos cidadãos;
- participar na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no domínio da Educação para o Desenvolvimento;
- elaborar estratégias, a todos os níveis, para reforçar as capacidades em matéria de Educação para o Desenvolvimento.

Estamos assim perante a necessidade de definir objectivos estratégicos, isto é, as mudanças de fundo e os objectivos operacionais ou as coisas a fazer.

Tendo em conta o papel da Universidade do Minho, e neste caso o N.I.G.P.-Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, conta-se com a sua participação no que diz respeito aos domínios de acção a englobar nos objectivos estratégicos a traçar. Isto passará por promover a investigação e o desenvolvimento em matéria de Educação para o Desenvolvimento, sendo para isso necessário desenvolver actividades de investigação e desenvolvimento nos seus diferentes domínios, tais como, metodologias de aprendizagem eficazes, instrumentos de avaliação, instrumentos de construção das atitudes e dos valores, de desenvolvimento das estruturas escolares/institucionais e de implementação das TIC. A Educação para o Desenvolvimento deverá apoiar-se neste binómio de investigação e desenvolvimento, numa base de continuidade. Os resultados dos esforços de investigação e desenvolvimento deverão ser partilhados com os diversos actores, a nível local, regional e global, integrados nas diferentes componentes do sistema educativo.

No que diz respeito aos objectivos operacionais, vários são os princípios de actuação que devem orientar os projectos e acções, nomeadamente, a integração/cooperação, a mobilização/participação, a co-responsabilização/transversalidade, a comunicação/divulgação/informação, a monitorização/avaliação/levantamento e a inovação/experimentação. Realce-se neste último binómio o papel que o N.I.G.P. poderá desempenhar na estimulação da experimentação de novas abordagens, na inovação dos processos e postura dos agentes envolvidos, bem como, na adopção de novas soluções. Por outro lado, o N.I.G.P. deverá ser capaz de lançar, no âmbito da sua parceria com a U.C.C.L.A., projectos-piloto devidamente monitorizados e criar uma

rede de "lugares avançados" a partir das experiências exemplares de implementação de projectos de Educação para o Desenvolvimento.

Tendo em conta estes dois conjuntos de objectivos, será de considerar na elaboração de novos projectos:

- um quadro espacial mais alargado, isto é, no âmbito do espaço lusófono, privilegiando os países de língua portuguesa em África;
- a selecção de questões emergentes e polarizadoras no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, como por exemplo, as necessidades básicas e a saúde pública, a sustentabilidade ambiental ou a ecocidadania;
- a participação de especialistas de outras áreas das ciências sociais e humanas e naturais, aprofundando práticas multidisciplinares;
- o envolvimento da sociedade civil local, nomeadamente das O.N.G.D. e instituições de carácter social.

3-Algumas considerações em jeito de conclusão

Nos próximos vinte e cinco anos a população mundial vai aumentar de 6 para 8 mil milhões de habitantes, mas a maioria dirá respeito aos países mais pobres. Por seu turno, muitos países pobres tendem a gastar mais com os juros da dívida externa do que com a resolução dos seus problemas sociais.

O conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe uma aposta muito mais abrangente do que a de protecção do ambiente, centrando-se na preocupação pelas gerações futuras, pela sua qualidade de vida, pela prevenção da pobreza e procura da equidade e coesão social. Portugal deverá apostar, até 2015, sobretudo nos Objectivos 6 e 7 e não descurar a elevada expressão que a pobreza e a exclusão social (Objectivo 1) continuam a deter na população portuguesa.

No presente texto equacionámos algumas ideias sobre o que foi feito no âmbito do projecto "Oito Maneiras de Mudar o Mundo" e o contributo que se pretende dar em iniciativas futuras para atingir as metas dos Objectivos do Milénio.

Se por um lado, as acções de formação levadas a cabo permitiram construir uma rede dinâmica de trabalho estimulando a aproximação de pessoas e entidades numa perspectiva de criação de sinergias e complementaridades que não tinham sido ainda pensadas, por outro lado, a criação do blogue e a realização do Encontro "Vamos contar até Oito – Um percurso de Educação para o Desenvolvimento" vieram actuar ao nível

da informação, divulgação, educação e consciencialização, incentivando de facto para uma atitude de mudança no âmbito da Educação para o Desenvolvimento.

Se a dinâmica de diálogo, partilha e colaboração foi um dos propósitos do projecto “Oito Maneiras de Mudar o Mundo”, a aposta clara na capacitação metodológica ao nível da concepção e desenvolvimento de estudos e projectos tornou-se, sem dúvida, a face mais visível deste.

Bibliografia

ALTO COMISSARIADO DA SAÚDE (2008), *Indicadores actuais do PNS*, Lisboa (disponível em www.acs.min-saude.pt)

BAUD, P., *et al.* (2008), *Dictionnaire de Géographie*, 4ª ed., Paris, Hartier.

BELLEN, H.M. (2005), *Indicadores de sustentabilidade*, Rio de Janeiro, FGV Editora.

DIAS, G.F. (2004), *Ecopercepção: um resumo didático dos desafios socioambientais*, São Paulo, Editora Gaia.

DIAS, G.F. (2005), *40 contribuições pessoais para a sustentabilidade*, São Paulo, Editora Gaia.

GALLEGO, J.L.; BARBA, C. (2000), *O Lar Ecológico: cuidar do meio ambiente sem sair de casa*, Col. Temas e Debates, Lisboa, Actividades Editoriais, Lda..

GIDDENS, A. (2005), *O mundo na era da globalização*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

OIKOS – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (2008), *Relatório de responsabilidade Oikos – ano zero: 2006-07*, Oeiras (disponível em www.oikos.pt).

PARTIDÁRIO, M.R. (1999), *Introdução ao Ordenamento do Território*, Universidade Aberta, Manual n.º 177, Lisboa.

PEIXOTO, P.; MOREIRA, A. (2007), *Imaterial, Possível, Inevitável – a viagem de um Projecto*, União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (U.C.C.L.A.) e URB – África, Impressão pela Câmara Municipal de Lisboa.

REMOALDO, P.C.; MACHADO, H.C. (2008), *O sofrimento oculto – causas, cenários e vivências da infertilidade*, Colecção Biblioteca das Ciências Sociais, nº 9, Porto, Edições Afrontamento.

REMOALDO, P.C.; COSTA, F.; GONÇALVES, A.B., *et al.* (2009), *Oito Maneiras de Mudar o Mundo – um Projecto de Educação para o Desenvolvimento*, Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade do Minho e Associação Portuguesa de Sociologia, 13 p. (no prelo).

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2005), *Investing in Development: a practical plan to achieve the Millennium Development Goals*, London, Earthscan (disponível em www.unmillenniumproject.org).

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2005), *En Route to Equality: a gender review of National MDG Reports 2005*, Bureau for Development Policy.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002), *Research on Reproductive Health at WHO: biennial report 2000-2001*, Geneva.

World Wide Web

www.apambiente.pt (Agência Portuguesa do Ambiente)

www.cgd.pt (Caixa Geral de Depósitos)

www.dgs.pt (Direcção-Geral da Saúde, Ministério da Saúde).

www.eea.eu.int (Agência Europeia do Ambiente)

www.eurohiv.org (European Centre for the Epidemiological Monitoring of AIDS)

www.ine.pt (Instituto Nacional de Estatística)

www.oikos.pt (Oikos – Cooperação e Desenvolvimento)

www.prb.org (Population Reference Bureau)

www.unep.org (Programa das Nações Unidas para o Ambiente)

www.unicef.pt (U.N.I.C.E.F.)

www.who.org (Organização Mundial de Saúde).

www.worldbank.org (World Bank)